

A DIALÉTICA DA TRANSFORMAÇÃO DE VALORES EM PREÇOS

Cláudio Gontijo*

RESUMO

Este artigo examina o estatuto metodológico da transformação de valores em preços, inserida dentro da dialética do desdobramento das categorias da mercadoria, concebida como universal-concreto, ponto de partida da exposição (*Darstellung*) do capitalismo. Para tanto, resgata a evolução da dialética, que se tornou método com Platão, que a ela recorre para superar as opiniões (*doxa*) e atingir a verdade, concebida como construção racional (*idéia*). Aristóteles concebe a ciência como cadeia de demonstrações necessárias que partem dos princípios incondicionados alcançados através da *synagoge*, processo que, por sua vez, parte dos sensíveis em busca de sua inteligibilidade última. Para Hegel, o fundamento último da realidade é o espírito absoluto, que se desdobra como lógica, se exterioriza na natureza e retorna a si como subjetividade humana. Identificando-se com a dialética hegeliana, Marx, como materialista, coloca na natureza o fundamento da realidade, que é reproduzida pela razão humana. Em *O Capital*, mostra como da circulação mercantil gera-se o capital, que se transforma, com o trabalho assalariado, em sujeito do processo de reprodução social, tornado momento da valorização do capital. A transformação dos valores em preços surge como momento do aparecer da essência (o trabalho abstrato) já fetichizada no domínio do fenômeno. Com os preços de produção, encerra-se a explicação racional da *realidade efetiva* (*Wirklichkeit*), concebida como emergência da essência ao nível do fenômeno, englobando o âmbito da accidentalidade, inescapável em toda ciência empírica. Ressalte-se, por outro lado, que o erro de Marx ao mediar os valores e preços através das suas somas não compromete a sua formulação, uma vez que é possível demonstrar como necessariamente se forma a taxa média de lucro a partir da lei do valor.

Palavras-chave: problema da transformação; valor-trabalho; preços de produção; dialética.

* Professor da UFMG e do Mestrado Profissional da FEAD-MINAS.

ABSTRACT

This article examines the methodological statute of the transformation of values into prices, inserted in the dialectics of the unfoldment of the commodity categories, conceived as a concrete universal, the starting point of capitalism's argument (*Darstellung*). To achieve that, it resumes the evolution of dialectics, which became a method with Plato, who refers to it in order to overcome the opinions (*doxa*) and attain the truth, conceived as reasoning (*idea*). Aristotle conceives science as a chain of necessary demonstrations which stem from the unconditioned principles reached through the *synagoge*, a process that in turn stems from the sensibles in the search for its ultimate intelligibility. To Hegel, the ultimate fundament of reality is the absolute spirit, which unfolds into logics, is expressed in nature and then returns to itself as human subjectivity. Being a materialist, and due to his identification with the Hegelian dialectics, Marx places the fundament of reality in nature, which is reproduced by the human reason. In *The Capital*, he shows how the mercantile circulation generates capital, which by means of wage-earning labor turns into the subject of the process of social reproduction, made moment of the capital's valorization. The transformation of values into prices springs as the moment of the essence's blossoming (the abstract labor), already made a fetish in the domain of the phenomenon. With the prices of production, the rational explanation of *effective reality* (*Wirklichkeit*) is complete, conceived as emergence of the essence at the level of the phenomenon, encompassing the sphere of accidentality, inescapable in every empiric science. On the other hand, one should highlight that Marx's mistake, upon mediating the values and prices by means of their sums, does not compromise his formulation, since it is possible to demonstrate that the average profit rate necessarily forms itself from the law of value.

Keywords: transformation problem; labor value; production prices; dialectics.

Área da ANPEC: Área 1 - Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política

Classificação JEL: B14 - History of Economic Thought through – Socialist; Marxist; 1925; B41 - Economic Methodology; B51 – Current Heterodox Approaches.

A DIALÉTICA DA TRANSFORMAÇÃO DE VALORES EM PREÇOS

Cláudio Gontijo

1. Introdução

Na hoje vasta literatura sobre o “problema” da transformação de valores em preços, certamente que um dos aspectos fundamentais ainda pouco explorados diz respeito à sua dimensão metodológica.¹ A lacuna, reflexo provável da perspectiva epistemológica da maioria dos autores que, distante da dialética, examinaram a questão, é significativa, dada não apenas a riqueza metodológica da formulação de Marx, esclarecedora em termos do seu método, mas da própria organicidade da estrutura de *O Capital*. Nessa obra, as peças se encaixam de forma necessária, compondo uma totalidade orgânica na qual a transformação de valores em preços surge como um componente essencial, como um momento necessário no processo de desdobramento das categorias, que se inicia com a mercadoria singular e termina com a explicação da realidade efetiva do modo de produção capitalista.

Este artigo procura contribuir para o resgate dessa dimensão, examinando a dialética da transformação de valores em preços de produção, inserida na dialética da lógica do desdobramento das categorias da mercadoria, em sua trajetória de explicação das leis de movimento do capitalismo.

Afora esta Introdução, ele se divide em cinco seções. Na seção 2, descreve-se, de forma sucinta, a evolução da dialética até Hegel. A natureza dialética marxista é discutida na seção 3, enquanto a dialética de *O Capital* é examinada na seção seguinte. A dialética da transformação propriamente dita encontra-se na seção 5. A contradição entre valores e preços de produção é discutida na seção 6. Para facilitar a compreensão do texto, todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

2. A Dialética até Hegel

Tendo início, segundo Hegel (1833, vol. I, p. 241), com Zenão de Eléia (504/1-? a.C.) e desenvolvida por Heráclito (Hegel, 1833, vol. I: 258-76),² a dialética, que se fundamenta no *logos* (pensamento racional), tornou-se método da ciência (*episteme*) com Platão, que a ela recorre para superar o nível das opiniões (*doxa*) e atingir a verdade, que é construção racional, ou seja, é *idéia* (Paviani, 2001). Como caminho da verdade, isto é, como método, a dialética platônica assume, conforme salientado por Paviani (2001, p. 55-6), uma dimensão ascendente e uma descendente:

- a) A dialética ascendente, *synagoge* (*República*, VI, 511, *Fedro*, 265 d), eleva-se de *idéia* em *idéia* até o não-hipotético, até alcançar (o princípio) o bem.³ Procede do múltiplo ao uno, de modo a descobrir o princípio de cada coisa, e depois o princípio dos princípios. (...). O procedimento da *synagoge* (no *Fedro*, 265, e 266 b) indica a capacidade de discernir um traço comum que unifique coisas ou aspectos diversos. (...) No *Fedro*, o dialético é apresentado como aquele que pode olhar para o uno e o múltiplo. (...) Para alcançar a unificação, é preciso examinar as propriedades ou os aspectos e determinar aquilo que é comum. Nesse caso, a investigação torna-se um progredir.
- b) A dialética descendente, *diairesis*, desenvolve-se por divisão (modalidade de análise) racional e pelas diferentes conseqüências do princípio da unificação sobre o qual tudo repousa. Trata-se de uma reconstrução das idéias sem recorrer à experiência.

¹ As exceções são Gontijo (1989), de Paula (2000) e Teixeira (1995, cap. 7, p. 273-331). Registre-se que a abordagem de Paula toma por dialética a “solução” da abordagem do sistema temporal único, devidamente criticada por Laibman (2000a; 2000b e 2001-2002), Mongiovi (2002) e Gontijo (2006).

² A mesma opinião é sustentada por Aristóteles, para o qual, contudo, a dialética significa erística – a arte da disputa ou controvérsia –, em lugar de método da ciência (especulativa) como em Platão e em Hegel.

³ Platão concebe o bem como a razão última de todas as coisas, ou seja, como princípio a partir do qual, pelo movimento descendente, se constrói a totalidade da explicação racional da realidade.

Apesar de a teoria das Idéias de Platão ter sido duramente criticada por Aristóteles no Livro 9 A da *Metafísica* (veja-se Reale, 2001, v. III, p. 65-94), o núcleo das descobertas platônicas mais destacadas é absorvido por ele (Reale, 2001, v. I, p. 227), que “mantém algumas das características das Idéias” de Platão (Reale, 2001, v. I, p. 231). O mesmo ocorre com a estrutura da *ciência*, que também se desdobra em uma cadeia de demonstrações necessárias, partindo das premissas primeiras, ou seja, dos princípios incondicionados,⁴ alcançados através da *synagoge*. Esta, por sua vez, segue o caminho inverso: parte dos sensíveis (Aristóteles, *Metafísica*, Z, 3, 1029b, p. 3-8), que são as coisas “mais conhecidas para nós” em busca das suas causas, isto é, das “coisas mais universais”, “mais afastadas”, que, em relação à inteligibilidade última do objeto, são “anteriores e mais conhecidas em absoluto” (Aristóteles, *Segundos Analíticos*, I, 2, 71b, 29-72a, p. 25).⁵ Tendo-se, então, alcançado as premissas primeiras, expõe-se, através da *diairesis*, a ordem do “real e do verdadeiro saber”, fundamentando-se, por meio de demonstrações que nelas se baseiam, a explicação dos fenômenos, por elas condicionados.⁶ Atende-se, assim, plenamente, o objetivo da ciência, que é

tornar conhecido de nós o absolutamente conhecível, *transformar a sua maior cognoscibilidade segundo a natureza e a essência numa maior cognoscibilidade para nós*; superar, portanto, a barreira que espontaneamente se ergue entre o conhecimento humano e a ordem por que o real, em si próprio, se ordena, de modo a permitir, à perspectiva do conhecimento humano assumir, por assim dizer, a mesma perspectiva das próprias coisas (Pereira, 2000, p. 119).

Enterradas pelo criacionismo cristão e pelo obscurantismo que se seguiu ao colapso da Antigüidade, essas duas dimensões do método aristotélico somente voltariam a ser conhecidas no final da Idade Média, através do *método da resolução e composição*, termos propostos por Grossatesta (1168-1253) e que “provêm dos geômetras gregos e de Galeno [131-200], além de outros autores clássicos posteriores, e que naturalmente era a mera tradução latina das palavras gregas que significavam ‘análise e síntese’” (Crombie, 1959, v. II, p. 22). Segundo Grossatesta, a resolução parte da observação sensível, ou seja, do mais particular e composto, e ascende para o gênero mais simples e universal; inversamente, a composição parte do mais universal e simples, desdobrando-se em elementos cada vez mais particulares e concretos (Crombie, 1959, p. 20-30; Losse, 1979, p. 43; Pessoa, 2007, p. 36-37).

As aparentes contradições do ressuscitado método aristotélico – que deixava em aberto a questão do processo de obtenção das premissas primeiras, assim como requeria, além da dedução sistemática, a concordância entre teoria e realidade empírica – condicionariam a discussão epistemológica a se desdobrar nos séculos seguintes. De saída, enquanto Alberto Magno (1193-1280) asseverava que “as provas baseadas na percepção sensível são as mais seguras de todas na ciência, sendo superiores ao raciocínio privado de experimentação” (Reale e Antiseri, 1986, v. 1, p. 552), Grossatesta e Roger Bacon (1214-1292) exigiam a comprovação experimental posterior das proposições científicas. Posição semelhante foi assumida por Duns Scott (1265-1308), que ressaltaria, no mesmo diapasão de de Autrecourt (1300-depois de 1350) e dos empiristas ingleses, a começar por Francis Bacon (1561-1626), Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776), que “o máximo que se pode estabelecer pela aplicação do método é uma ‘união aptitudinal entre um efeito e uma circunstância acompanhante” (Losee, 1979, p. 45), visto que as “generalizações empíricas são verdades contingentes” (Losee, 1979, p. 51), não verdades necessárias. Indo mais longe, della Mirandola (1469-1533) tentou demonstrar a insuficiência da razão para se alcançar a verdade; de Nettesheim (1487-1535) proclamou a incerteza das ciências, e de Montaigne (1533-1592)

⁴ Os princípios incondicionados “são o que há de mais conhecível cientificamente (com efeito, por eles e a partir deles as coisas se conhecem, mas não eles pelas coisas que deles dependem)” (Aristóteles, *Metafísica*, A, II, 982b, 2-4).

⁵ Assim, “é que devemos, se queremos conhecer verdadeiramente as coisas, caminhar desde o que para nós é mais claro até o que é mais claro em virtude de sua mesma natureza: temos necessariamente de partir do que é mais conhecível segundo a sensação” (Pereira, 2000, p. 118).

⁶ “... o texto da *metafísica* opõe, com bastante nitidez, a ordem da investigação e da pesquisa à ordem do real e do verdadeiro saber” (Pereira, 2000, p. 119).

enriqueceria a argumentação cética ressaltando “a influência que os fatores pessoais, sociais e culturais exercem sobre as idéias” (Pessanha, 1973, p. VIII; veja-se, também, Reale e Antiseri, 1986, v. 2, p. 92-97).

As críticas empirista e cética seriam, por sua vez, contestadas pelo *racionalismo* de Descartes (1596-1650), de Malebranche (1638-1715) e de Leibnitz (1646-1716), entre outros. Tornando hiperbólica a dúvida cética a respeito da possibilidade de um conhecimento verdadeiro, Descartes colocaria tudo em dúvida, inclusive o saber matemático, o que resultaria, paradoxalmente, na certeza da existência do sujeito que duvida – a famosa conclusão “*ego cogito, ergo sum*”, ou seja, a certeza de um conhecimento necessário, a partir do qual se pode construir o sistema científico de explicação da realidade (Forlin, 2005; Losee, 1979, Cap. III). Já de Malebranche apontou que, contrariamente ao que crê o senso comum, “nós só conhecemos ‘idéias’ porque só elas são visíveis à nossa mente em si mesmas, ao passo que os ‘objetos’ que elas representam permanecem *invisíveis ao espírito*”, de modo que os “nexos entre os fenômenos são os nexos entre as idéias, nada mais refletindo senão a regularidade perfeita com que as idéias se vinculam entre si” (Reale e Antiseri, 1986, v. 2, p. 398).

Por fim, Leibnitz considerou que à máxima empirista “não há nada no intelecto que não seja derivado dos sentidos”, falta adicionar “à exceção do próprio intelecto”, de forma que “o intelecto e sua atividade existem a priori, precedendo a experiência” (Reale e Antiseri, 1986, v. 2, p. 475). Nesse sentido, a alma já teria *idéias inatas*, como “o ser, o uno, o idêntico, a causa, a percepção, o raciocínio e uma quantidade de outras noções que os sentidos não podem fornecer”. Assim, embora o saber científico capte “a natureza pelo seu aspecto mais cognoscível ao homem, o aspecto quantitativo, que é matematizável” (Reale e Antiseri, 1986, v. 2, p. 450-451), nem por isso se pode negar que, na natureza, as causas mecânicas estejam sujeitas ao princípio da finalidade, que não é conhecimento sensível, mas princípio racional.

Despertado de seu “sono dogmático” por Hume, Kant (1724-1804) reconheceria, não obstante, que, conforme dispunha o racionalismo, de fato, as categorias da razão não teriam origem na experiência. O mesmo ocorre, por outro lado, com as representações do espaço e do tempo, que “são intuições puras subjacentes a estes que constituem as condições gerais, porém subjetivas, para coordenar todo sensível” (Höffe, 2004, p. 18), e que possibilitam o conhecimento matemático, *sintético a priori*.⁷ No entanto, em desacordo com o racionalismo, o conhecimento racional, de natureza universal e necessária, não poderia ir além de discernir as condições do próprio conhecimento, não sendo possível, dessa forma, realizar-se a “dedução” da realidade inteligível do mundo sensível – o *noumena* –, pois na tentativa de “ultrapassar os limites da intuição sensível espaço-temporal e de sua síntese pelas categorias do entendimento, (...) a razão é conduzida a afirmativas antitéticas” (Chauí, 1980, p. XVI). Ao pretender, assim, conhecer a realidade em si mesma, a razão “transforma as supostas coisas-em-si em fenômenos, isto é, em aparências” (Chauí, 1980, p. XVIII). Destarte, em consonância com a tese empirista, a realidade inteligível permaneceria inalcançável e o que se conhece através das categorias do entendimento seriam apenas as leis dos fenômenos. Parodiando Francis Bacon, ter-se-ia, pois, que “a razão só conhece da natureza ‘o que ela mesma produz segundo o seu projeto’” (Höffe, 2004, p. 42).

Apesar do vigor da crítica kantiana ao conhecimento essencial, as suas deficiências não demorariam a aparecer, até porque “Kant tem de *pressupor* a possibilidade da matemática e da ciência da natureza, pois, embora pretendesse prová-las ‘pela sua realidade’ (...), justamente para ele, que aceita a crítica de Hume ao sofisma naturalista, teria de estar claro que uma pretensão de verdade jamais pode ser realmente fundamentada consistentemente” (Hösle, 1998, p. 33), a não ser que se recorresse à própria tese racionalista, já descartada. De mais a mais, também falta em Kant “uma fundamentação – por mais hipotética que fosse – das próprias proposições metateóricas – como, por exemplo, que apenas a intuição e a possibilidade de experiência representariam um terceiro capaz de reunir sujeito e objeto em uma proposição sintética *a priori*” (Hösle, 1998, p. 34).

⁷ O conhecimento é *a priori* na medida em que é resultado de dedução racional; é *sintético* na medida em que é empiricamente válido, ou seja, referente à realidade sensível.

Para fundamentar a ciência, ou melhor, o conhecimento necessário e, assim, superar as aporias kantianas, Fichte (1762-1814) retorna ao *cogito* de Descartes, o qual se torna “um princípio que se fundamenta a si mesmo pelo fato de que não se pode fazer abstração dele sem ao mesmo tempo o pressupor” (Hösle, 1998, p. 38). Dando um passo em relação a Kant, Fichte “exige (...) que se deduzam *todas* as categorias do Eu” (Hösle, 1998, p. 56), do qual, por sua vez, pretende derivar “*as estruturas fundamentais do mundo*” (Hösle, 1998, p. 39).⁸ Mas nesse desiderato, a fundamentação deve abarcar não somente a legitimação do método da dedução, ou seja, a *forma* da ciência, como em Descartes e em Kant, mas também o seu *conteúdo*. Mais do que isso, o princípio absoluto não pode ser apenas condição pressuposta de todo conhecimento, mas ele mesmo fundamentado através do seu próprio desenvolvimento, do pôr-se a si mesmo de modo que “ao seu final, de novo resulta o princípio fundamental” (Hösle, 1998, p. 54), que representa, assim, tanto o ponto de partida quanto o de chegada da ciência.⁹

Tentando concretizar o programa de trabalho traçado por Fichte, de fundamentar na subjetividade (ou seja, no *Eu penso*) o sistema da ciência, tanto em sua forma (método) quanto em seu conteúdo (as ciências do homem e da natureza), Schelling (1755 - 1854), sustenta que o fundamento absoluto, contudo, não pode ser mera subjetividade, mas necessariamente a identidade desta com a objetividade.¹⁰ Isto o leva a concluir que os próprios princípios descobertos por Fichte também explicam a natureza, a qual, assim, “é produzida por *inteligência inconsciente*, que opera no seu interior, que se desenvolve teleologicamente em graus, ou seja, em níveis sucessivos, que mostram finalidade intrínseca e estrutural” (Reale e Antiseri, 1986, p. 74). Na verdade, “a natureza alcança o seu mais elevado fim, que é o de tornar-se inteiramente objeto para si mesma, com a última e mais elevada reflexão, que nada mais sendo que o homem ou, mais geralmente, aquilo a que chamamos razão. Desse modo, pela primeira vez, temos o retorno completo da natureza a si mesma” (Schelling, apud Reale e Antiseri, 1986, p. 77). Em outras palavras, a coisa-em-si pensa-se através do sujeito, completando-se, assim, concretamente, o círculo proposto por Fichte.

Dando forma acabada ao programa de Fichte, Hegel (1770-1831) critica a Schelling por ter apresentado o princípio absoluto como identidade abstrata, “como se fosse a noite na qual, segundo se costuma dizer, todas as vacas são pardas” (Hegel, 1807, p. 12), sem integrar em si a diferença e o movimento, o que o teria impedido de fundamentar de forma adequada a sua explicação, quer da natureza, quer do espírito. Superando essas limitações, Hegel explicita, na *Ciência da Lógica* (1812), as estruturas ontológicas gerais que subjazem tanto à natureza quanto ao espírito, recorrendo, para tanto, à dialética, ou seja, à concepção platônico-heraclitiana de que a contradição reside na realidade e nos conceitos, gerando o devir, num processo de desdobramentos necessários e sucessivos que, tendo início no mais simples, desembocam na totalidade sistemática.¹¹ Trata-se, assim, de seguir a lógica do próprio concreto, a qual, como ser existente, é síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso (Hegel, 1812, p. 99). Nesse sentido, para Hegel a dialética, contradição em movimento construtivo, é método, ou seja, é a forma de se construir de modo sistemático a explicação científica da realidade. A falha de Kant, portanto, estaria, primeiramente, em separar o sujeito do objeto, como se as categorias da razão fossem outras que não a do *noumenon*; em segundo lugar, em pretender que a coisa-em-si fosse incognoscível, ignorando que isto já pressupõe o conhecimento da mesma; em terceiro lugar, em se ter detido diante das contradições do entendimento, sem procurar os termos médios que permitiriam a sua solução.¹²

Invertendo a formulação de Schelling, Hegel coloca como fundamento último da realidade – como sujeito do processo – o espírito absoluto, ou seja, a Idéia absoluta, que, seguindo a sua lógica

⁸ Enquanto Kant pensava no conhecimento do *Eu* como uma forma de ordenar a realidade, para Fichte a razão do *Eu* sofre o choque da realidade, penetra na coisa-em-si e produz conhecimento.

⁹ Retoma-se, assim, à estrutura circular da ciência em Platão, mas agora no interior mesmo da própria Idéia, por assim dizer.

¹⁰ Em outras palavras, o conhecimento subjetivo tem de igualar-se à objetividade da coisa-em-si.

¹¹ Para uma discussão sobre a dialética em Platão, veja-se Goldschmidt (1947) e Paviani (2001).

¹² Para dissolver as aporias do entendimento e “criar o universal”, seria necessário recorrer à razão – cuja natureza é dialética (Hegel, 1812: 29), ou seja, é a mesma da própria realidade, que, conforme esclareceu Heráclito (cerca de 540-470 a.C.), é dominada pelo vir-a-ser.

interna, desdobra-se como Idéia em si, ou racionalidade enquanto tal (lógica), Idéia fora de si, ou natureza, e Idéia que retorna a si, ou Idéia em si e para si, que é o espírito ou subjetividade humana (Giovanni e Antiseri, 1986, p. 104).¹³ Refletindo a natureza circular da ciência e da própria realidade, o ponto de chegada do processo, portanto, é o mesmo ponto de partida – o espírito absoluto, que, ao término da sua jornada, contudo, se encontra enriquecido por todos os seus momentos constitutivos.¹⁴ “O verdadeiro é unicamente essa diversidade que se reinstaura ou a reflexão em si mesmo no ser-outro. Não é uma unidade original enquanto tal, ou imediata enquanto tal. É o devir de si mesmo, o círculo que pressupõe seu fim como seu alvo, tem esse fim como princípio e é efetivo somente por meio da sua realização e do seu fim” (Hegel, 1807, p. 13).¹⁵

3. A Dialética Marxista como *Darstellung*

Identificando-se, desde jovem, com a dialética hegeliana, cuja natureza científica consagra em sua obra, particularmente em *O Capital*,¹⁶ Marx (1857-1858, v. I, p. 20-30) recorre, na sua discussão sobre método, à separação entre *synagoge* (resolução) e *diairesis* (composição), agora concebidas como *pesquisa* e *exposição* (*Darstellung*). Esta última representaria “manifestamente, o método científico correto”, em que “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento”, como concreto pensado (*idem*, p. 21).¹⁷ Tendo em vista que o geral não existe, a exposição deve iniciar-se pelo *universal concreto*, ou seja, pela categoria simples posta, de forma imediata, como a universalidade do objeto que se pretende explicar.¹⁸ Afinal, “quando se fala de produção, está-se falando sempre de produção em um estágio determinado de desenvolvimento social, da produção de indivíduos em sociedade” (*idem*, p. 5). Como concreto, o princípio elementar de onde se parte a exposição “é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida” (*idem*, p. 21).

Não é sem motivo, pois, que *O Capital* “começa como a análise da mercadoria” (Marx, 1867, Livro I, Cap. 1, p. 41). Afinal, “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista” configura-se “em imensa acumulação de mercadorias”, e a “mercadoria, isoladamente considerada” representa “a forma *elementar dessa riqueza*” (Marx, 1857-1858, v. I, p. 41).¹⁹ Em outras palavras, a mercadoria não representa apenas o ponto de partida do capitalismo, mas também, conforme registrado no *Capítulo Inédito* (Marx, 1866), o seu ponto de chegada como *produto do capital*.

A natureza da dialética marxista como *Darstellung* é expressa por Müller (1982, p. 19-20) da seguinte forma:

Dialética significa n’*O Capital* primeiramente e, também, predominantemente, o ‘método/modo de exposição’ crítica das categorias da economia política, o método de ‘desenvolvimento do conceito de capital’ a partir do valor, presente na mercadoria, enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o ‘germe’ das categorias mais complexas. O conceito

¹³ Para Hegel, a Idéia representa o sentido, a expressão máxima de um conceito, ou seja, o que dá significado ao conceito. A dialética hegeliana é a construção do conceito, que é a forma do saber.

¹⁴ A respeito do caráter circular da filosofia hegeliana, veja-se Hegel (1830, § 15).

¹⁵ K. Fischer (apud Höhle, 1998: 71), a evolução de Kant a Hegel pode ser sumarizada da seguinte maneira: “Não há conhecimento sem as categorias ou os conceitos que o formam (Kant). Não há categorias sem uma autoconsciência que as produza. Não há autoconsciência (produtiva) se ela não é absoluta (Fichte). A autoconsciência não é absoluta se espírito e natureza não são idênticos (Schelling). Não se pode saber dessa identidade (a razão) se a razão autoconsciente, isto é, o espírito, não forma o princípio universal unânime (Hegel)”.

¹⁶ Conforme ressalta Rosdolsky (1968: 11-14), a publicação dos *Grundrisse* tornou impossível contestar a intimidade entre as dialéticas marxista e hegeliana.

¹⁷ Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel percorre a trajetória da pesquisa, que prepara o caminho da ciência, que o Espírito trilha após ter atingido o que denomina saber absoluto.

¹⁸ No capítulo primeiro de *A Ciência da Lógica*, Hegel demonstra que o ser em geral não existe, por ser igual ao nada. O ser somente existe no seu devir, como ser determinado, que é “síntese de múltiplas determinações e, portanto, unidade do diverso”.

¹⁹ Veja-se, também, Marx (1867, Livro II, Cap. I, p. 38; Cap. III, p. 97; Cap. IV, p. 113 e p. 118).

fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de ‘exposição’, ‘método de exposição’, que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico.²⁰

Como *Darstellung*, a dialética marxista unifica a exposição sistemática do desdobramento imanente das categorias do objeto e a sua *crítica*, na medida em que revela a unilateralidade e as deficiências do próprio objeto em seus momentos não desenvolvidos,²¹ assim como também o pensamento que se detém em um desses momentos de constituição da totalidade. “O verdadeiro é o todo [como sistema].²² Mas o todo é somente a essência que atinge a completude por meio de seu desenvolvimento” (Hegel, 1807, p. 13).

Na perspectiva marxista, o erro de Hegel teria sido o de

(...) conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo, se concentra em si mesmo, aprofunda-se em si mesmo e se move por si mesmo, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato [universal concreto] ao concreto [desenvolvido] é para o pensamento apenas a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto espiritual [ou pensado]. Por isso não é de modo algum o processo de formação do concreto mesmo. (...) [A] totalidade concreta, como totalidade do pensamento, como um concreto do pensamento, é *in fact* um produto do pensamento e da concepção, mas de nenhuma maneira é um produto do conceito que pensa e se gera a si mesmo de fora e por cima da intuição e da representação, senão que, pelo contrário, é um produto do trabalho de elaboração que transforma intuições e representações em conceitos (Marx, 1857-1858, v. I, p. 22).²³

É claro que, nestes termos, a dialética marxista não significa propriamente uma *inversão* da dialética hegeliana,²⁴ mas uma concepção distinta, pois, em lugar de representar a gênese ontológica do real, significa sua reprodução racional, ou seja, sua reprodução como realidade pensada cientificamente.²⁵ A famosa inversão da dialética hegeliana encetada por Marx, portanto, não se daria no nível metodológico, mas do sujeito do processo: enquanto para Hegel, como idealista, é o espírito absoluto que comanda as transformações da realidade, objetivando-se na natureza e subjetivando-se no homem que reflete sobre si mesmo, para Marx, como materialista, as leis do devir estão na própria natureza, independentemente do homem, que apenas as apreende pela razão.²⁶

4. A Dialética do Capital

A questão da transformação de valores em preços de produção surge necessariamente no processo de desdobramento da lógica contida na mercadoria, concebida, conforme salientado na

²⁰ Veja-se, também, Teixeira (1995, p. 37-46).

²¹ Veja-se Hegel (1807, p. 17). Müller (1982, p. 18) salienta que esse caráter crítico da exposição marxista já se encontra em Hegel, para o qual “o mais difícil é produzir a exposição da coisa, enquanto ela deve unificar a sua crítica e a sua apreensão”. A citação refere-se a Hegel (1807, p. 7).

²² “... o saber somente é efetivo como ciência ou como Sistema, e somente como tal pode ser exposto” (Hegel, 1807, p. 15). Veja-se, também, a página 16.

²³ Veja-se Müller (1989, p. 21). Note-se, contudo, que Müller estranhamente distingue a lógica da exposição de *O Capital* da lógica de reprodução do capitalismo enquanto sistema. Veja-se, também, Oliveira (2004, p. 32) e Vaisman (2006).

²⁴ Tanto para Hegel quanto para Marx, a exposição (*Darstellung*) significa “a explicitação racional imanente do próprio objeto e a exigência de só nela incluir aquilo que foi adequadamente compreendido” (Müller, 1989, p. 17). Para uma discussão das relações entre Marx e Hegel, veja-se Zelený (1968, Cap. 12, p. 117-133 e Caps. 16 e 17, p. 176-189).

²⁵ Para Fausto (1983), a dialética marxista se diferencia da hegeliana por incorporar as ciências modernas, que pertencem ao campo do entendimento. Por extrapolar os objetivos deste artigo, obstem-se, aqui, de apontar os erros dessa perspectiva. Tampouco serão comentados os problemas que podem ser identificados em Fausto (1997).

²⁶ Aparentemente, a abordagem marxista cria uma dificuldade para se conceber a história como processo necessário. A superação dessa dificuldade, contudo, é possível através do conceito de modo de produção. Veja-se Gontijo (1982).

seção 3, como a categoria mais universal de onde se deve obrigatoriamente partir a explicação sistemática do capitalismo.

Inicialmente, a mercadoria aparece como um imediato, ou seja, como um dado, um pressuposto, cuja análise revela tratar-se de uma síntese de valor de uso e valor de troca, ou melhor, de valor. Mas com a circulação de mercadorias, essa diferença entre valor de uso e valor desdobra-se externamente na oposição entre mercadoria e dinheiro, que, de produto do desenvolvimento da circulação mercantil se transforma em finalidade da circulação. Em outras palavras, a circulação se torna um meio da acumulação de dinheiro (Marx, 1867, Livro I, Cap. I, p. 144-147) que, assim, se torna capital “em si” (Marx, 1867, Livro I, Cap. IV, p. 165-175). A substância do valor, identificada pela análise da mercadoria – o trabalho humano abstrato, socialmente necessário –, que se revela como fundamento da troca, se converte em sujeito do processo social de produção e circulação.

Para começar, ao desenvolver-se a produção mercantil, o trabalho abstrato se torna força social independente e oposta aos produtores nas figuras do mercado e do dinheiro, que objetivamente regulam a distribuição do trabalho segundo as necessidades sociais independentemente dos produtores, os quais não possuem qualquer poder sobre eles. Uma relação social – a relação de troca – não somente se torna independente dos homens que, como produtores privados, criam essa relação ao se relacionarem entre si, mas passa a direcioná-los segundo as necessidades sociais, sobre as quais, como indivíduos singulares, tampouco têm qualquer domínio. Mas o desenvolvimento da circulação de mercadorias também gera o dinheiro (ou seja, do valor tornado autônomo e oposto aos produtores privados) e, com ele, o processo de sua acumulação, cuja finalidade está em si mesmo e cujo termo, portanto, é indefinido, ou seja, sem fim.²⁷ Conforme afirma Marx (1967, Livro I, Cap. IV, p. 171), “[a] circulação de dinheiro como capital (...) tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites”.

Fundamentando-se na circulação simples da mercadoria, a acumulação de capital, contudo,

tem pressupostos externos, não colocados por ele próprio, uma vez que pressupõe o lançamento contínuo de mercadorias à circulação e a retenção do dinheiro assim obtido. Desse modo, para completar o ciclo do dinheiro [como capital], torna-se necessário que a retirada do dinheiro da circulação não seja mero entesouramento, mas seja capaz de gerar mais dinheiro (Gontijo, 1989, p. 87).

O que implica, por sua vez, numa contradição, pois a circulação mercantil significa troca de equivalentes, e, se se permutam equivalentes, “não se tira da circulação mais do que nela se lança. Não ocorre nenhuma formação de valor excedente (mais-valia)” (Marx, 1867, Livro I, Cap. IV, p. 180), sem o que não há acumulação de capital. Mas se “o valor excedente (mais-valia) não pode originar-se na circulação” (idem, p. 185), tem de formar-se fora dela, ou seja, no processo de trabalho, em que há criação de valor. Entretanto, nesse processo gera-se apenas o valor equivalente da mercadoria, de modo que o “[c]apital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação” (idem, p. 186). Em outras palavras, “o capitalista tem de comprar a mercadoria pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor, e, apesar disso, colher no fim do processo mais valor do que nele lançou” (idem, p. 186).

Como em outros momentos de *O Capital*, a solução dessa verdadeira charada é paradigmática, revelando mais uma dimensão da multifacetária dialética marxista, similar à hegeliana. Para Hegel, as contradições do entendimento surgem de sua fixação em um dos momentos constitutivos da realidade e são superadas pela razão, que busca “relacioná-las mutuamente” (Hegel, 1812, p. 43-4) através da identificando dos termos médios que as resolvem. Demonstra-se, assim, a unilateralidade do entendimento, “que abstrai e, portanto, separa e que insiste em suas separações” (idem, p. 43). Nesse sentido, o pensamento dialético é não apenas

²⁷ Conforme salientado por Gontijo (1989, p. 87), a lógica do processo de acumulação indefinida de dinheiro (veja-se Marx, 1867, Cap. III, p. 147) obedece à estrutura do mal infinito de Hegel (veja-se Hegel, 1812, p. 123-126 e Hösle, 1998, p. 199).

construtivista da realidade, ou melhor, da explicação racional da realidade, mas, conforme salientado na seção 3, também essencialmente crítico.

A solução da charada está na existência de “uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto” (Marx, 1867, v. I, Cap. IV, p. 187). “Isso, contudo, somente torna-se possível quando, por razões históricas dadas, existe a mercadoria força de trabalho, com capacidade de produzir valor” (Gontijo, 1989, p. 87), ou seja, quando o produtor direto se encontra “livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender” (Marx, 1867, v. I, Cap. IV, p. 189).

Observe-se que aqui também se revela importante diferença entre a dialética hegeliana e a marxista, pois em Hegel o trânsito do em si para o para si é puramente lógico, imanente no processo de desdobramento das determinações do ser determinado, enquanto que, no caso da dialética da mercadoria conforme explicitada por Marx, a transição do “capital em si”, ou seja, da acumulação indefinida de dinheiro, para o “capital para si”, como sujeito de um processo que coloca seus próprios pressupostos, possui uma condição não posta pela lógica da mercadoria, mas pela história – a separação entre os trabalhadores e as condições de produção.²⁸ Conforme salienta Marx (1863, Livro I, Cap. IV, p. 189), tal separação é o resultado de um processo histórico, pois “a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho”. Antes pelo contrário, primitivamente “o trabalhador se comporta com as condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade: estamos ante a unidade do trabalho com seus supostos materiais” (Marx, 1953, vol. I, Cap. III, p. 433).²⁹

Transformado em sujeito efetivo do processo (Marx, 1867, Livro I, Cap. IV, p. 165-197), o capital rompe as barreiras externas colocadas pela objetividade da natureza e pela subjetividade do trabalho, subsumindo-as através da grande indústria mecanizada, que transforma a ciência e o trabalho humano em forças produtivas do capital (Marx, 1867, Livro I, Parte IV, p. 357-579; 1866, p. 59-77). “A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada (...) na grande indústria fundamentada na maquinaria” (Marx, 1867, Livro I, Cap. XIII, p. 484). O valor, como substância, se transforma em sujeito que age segundo uma finalidade que carrega consigo mesmo e que põe as suas próprias condições de existência.³⁰ O capital, como produto da circulação mercantil, se transforma em senhor dessa circulação, envolvendo-a como um momento de seu ciclo, que, engloba, de mais a mais, a produção de valor. De “em si”, o capital se torna “para si”.

Neste nível da construção teórica da explicação do capitalismo a partir do desdobramento das contradições postas na mercadoria num dado contexto histórico, verifica-se que, assim como na *Ciência da Lógica* de Hegel (1812, p. 339), a *démarche* de *O Capital* possui um caráter simultaneamente *progressivo* e *regressivo*.

Progressivo porque se trata de um método em que se observa um avanço incessante na compreensão do objeto estudado, a qual se torna cada vez mais concreta, abrangendo todas as suas dimensões relevantes. Regressivo, porque o pensamento procura interiorizar-se no objeto estudado, em busca de sua lógica, explicitando os pressupostos iniciais que, num momento seguinte, passam a ser postos

²⁸ Veja-se Müller (1982, p. 33).

²⁹ Veja-se, também, Marx (1867, Livro II, Cap. I, p. 40). Note-se que, não obstante, a dialética da história surge, em Marx assim como em Hegel, como um processo necessário. Veja-se Gontijo (1982).

³⁰ Compare-se com Hegel, para o qual “a realidade e o verdadeiro *não* são ‘substância’ (...), mas sim ‘Sujeito’ (Giovanni e Antiseri, 1986, v. 3, p. 100-101). Como diz Hegel (1807, p. 13-14), “[a] substância vivente é também o ser que na verdade é sujeito ou, o que dá no mesmo, é simplesmente efetivo somente na medida em que é o movimento do pôr-se-a-si-mesma, ou é a mediação consigo mesma do tornar-se outra. (...) O verdadeiro é unicamente essa diversidade que se reinstaura ou a reflexão de si mesma no ser-outro. Não é uma unidade original enquanto tal, ou imediata enquanto tal. É o devir de si mesmo, o círculo que pressupõe seu fim como seu alvo, tem esse fim como princípio e é efetivo somente por meio de sua realização e do seu fim”.

pela própria [exposição da] teoria. Inicialmente, o desdobramento categorial progride através da busca dos primeiros pressupostos, constituindo-se no movimento de explicitação da essência do objeto (Gontijo, 1989, p. 87).

De fato, partindo da mercadoria como universal concreto, Marx mostra não apenas que o capital, que se torna, conforme visto acima, em sujeito efetivo do processo, nada mais é do que trabalho humano abstrato morto que inicialmente se torna independente, para depois se transformar em força antagonista que subordina o trabalho vivo e, com ele, toda a reprodução da sociedade.

Esta subjetivação do valor, no entanto, é em si mesma contraditória, razão pela qual não está desprovida do devir, como querem os economistas burgueses, para os quais o capitalismo significa, tal como para Fukuyama, o fim da história. O motivo é que o capital

ele mesmo contém uma pretensão de dominação total irrealizável, uma estrutura de poder contraditória: se formalmente o capital pode ser a totalidade da relação entre si mesmo e o trabalho assalariado, subjugando-o como momento (o trabalho enquanto capital variável), materialmente ele não pode prescindir da sua oposição sempre renovada ao trabalho vivo, já que enquanto trabalho objetivado, morto, o capital não tem outro conteúdo que não o trabalho (Müller, 1982, p. 39).

Essa é a razão pela qual,

[s]e na idéia hegeliana a realidade se torna adequada ao conceito, que se alastra sobre ela e a domina para torná-la correspondente a si, nas formações capitalistas a realidade nunca corresponde plenamente ao conceito de capital, porque a sua realização integral como ‘sujeito automático’ da produção, através da ‘aplicação tecnológica das ciências naturais’, e na forma mais próxima do seu conceito, como capital fixo, tende a subverter a sua própria base de valorização, o tempo de trabalho (Müller, 1982, p. 39).³¹

Apesar de contraditoriamente, o capital subordina a circulação mercantil e a produção, que se transformam em momentos do ciclo do capital industrial, que compreende o ciclo do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria (Marx, 1867, Livro II, Parte Primeira, p. 27-123). “Mas, os ciclos dos capitais individuais se ligam uns com os outros, se supõem e se determinam reciprocamente, e justamente esse entrelaçamento constitui o movimento de todo o capital social” (Marx, 1885, Livro II, Cap. XVIII, p. 378). O processo global do capital social “abrange o consumo produtivo (...) juntamente com as mutações de forma (as trocas materialmente consideradas) que o possibilitam e ainda o consumo individual com as mutações de forma ou trocas que o asseguram” (Marx, 1885, Livro II, Cap. XVIII, p. 376), ou seja, abrange a reprodução da sociedade subordinada ao capital. Com isso, ampliam-se as contradições da circulação mercantil, a qual dá origem ao crédito, forma contraditória que, ao igualar imediatamente a produção privada à produção social, viabiliza as crises econômicas, permitindo que a produção se distancie sistematicamente da demanda efetiva (Marx, 1867, Livro I, Cap. III, p. 152-153). Uma vez mais, a oposição entre valor de uso e valor, que se exteriorizara na oposição entre mercadoria e dinheiro, se torna uma contradição, a qual, contudo, não desemboca, como em Hegel, na razão de ser da realidade concreta, mas numa ruptura das próprias condições de existência do sujeito (do capital), que somente se restabelecem pela negação da negação, isto é, pela superação da crise com o restabelecimento do balanço entre produção e demanda efetiva.³² Fazendo-se abstração do crédito, todavia, as crises de desproporção entre os setores da produção social, entre produção e consumo ou

³¹ Ressalve-se que não se pode identificar nessa incapacidade do capital de tornar-se sujeito efetivo, dominando a realidade para torná-la adequada a si mesmo como uma diferença entre a dialética hegeliana e marxista, na medida em que a própria transitoriedade do capital poderia ser justificada, do ponto de vista estrito de Hegel, exatamente por essa incapacidade do capital de tornar-se sujeito, dada a irredutibilidade radical do trabalho humano como produto da natureza. Uma discussão mais ampla desta questão, contudo, extrapola os limites deste ensaio.

³² Observe-se que, nesse caso, o reequilíbrio, embora possível (e mesmo provável, do ponto de vista da lógica externa ao objeto) não é necessário, pela inexistência de mecanismos automáticos de ajuste. Nesse ponto, a abordagem marxista se aproxima bastante da keynesiana.

resultantes do entesouramento do dinheiro, identificadas no processo de reprodução (ver Marx, 1885, Livro II, Cap. XX, p. 438-439; p. 448-449; p. 498-499), surgem apenas como mera *possibilidade formal*.³³

5. A Transformação como Momento da *Wirklichkeit*

A questão da transformação dos valores em preços de produção somente surge após a explicitação das leis essenciais do capitalismo no âmbito da produção e circulação, esta última concebida como “o agente mediador do processo social de reprodução” (Marx, 1894, Livro III, Cap. I, p. 29). Nesse momento, coloca-se a questão de se

descobrir e descrever as formas concretas oriundas do *processo de movimento do capital, considerando-se esse processo como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se enfrentam nessas formas concretas: em relação a elas, as figuras do capital no processo imediato de produção e no processo de circulação não passam de fases ou estados particulares. Assim, as configurações do capital (...) abeiram-se gradualmente da forma em que aparecem na superfície da sociedade, na interação dos diversos capitais, na concorrência e ainda na consciência normal dos próprios agentes de produção (Marx, 1894, Livro III, Cap. I, p. 29-30).

Trata-se, portanto, do momento do aparecer da essência – o trabalho humano abstrato substancializado como capital – no domínio da exterioridade, ou seja, do fenômeno – a forma concreta de existir da essência na superfície dos acontecimentos sensíveis, diretamente observáveis, que inclui, conforme salienta Marx, a interação dos diversos capitais, a concorrência e ainda a consciência normal dos próprios agentes de produção. Observe-se que, segundo Hegel, o acontecer na esfera fenomênica não representa mera *aparência*, “algo mais que simplesmente não-essencial”, algo “carente de essência” (Hegel, 1812, p. 345-346), mas significa o aparecer da coisa em si como imediato nos acontecimentos sensíveis. Nesse sentido, “a essência (...) não está por trás do fenômeno, senão que é através dele que a essência é o que existe, a existência é fenômeno” (Hegel, 1830, p. 121), de modo que o não-essencial do fenômeno é mera *aparência* (Hegel, 1812, p. 345-349; 1830, p. 108). Em outras palavras, de acordo com Hegel o fenômeno, como a forma de aparecer da essência, a revela, mas o faz com uma dimensão ilusória, de mera *aparência*.

Este caráter objetivo do fenômeno como forma de existir da essência no âmbito do sensível que carrega consigo *aparência* essencial enganadora fica claro já na análise marxista do fetichismo da mercadoria, em que “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume [objetivamente] a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1867, Livro I, Cap. I, p. 81). Embora se criem ilusões, na medida em que “a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores” (Marx, 1867, Livro I, Cap. I: 80), objetivamente “a medida, por meio da duração, do dispêndio de força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho” e, também de forma efetiva, “as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho”. Não se tem, portanto, mera *aparência*, pois ocorre efetivamente a substancialização do trabalho humano, que assume, como trabalho social abstrato, o caráter de coisa independente e oposta ao trabalho concreto, que passa a comandar.

Mas se, por um lado, o preço aparece como relação objetiva entre coisas, encobrindo seu caráter de relação social, também o capital surge como meio de produção – condição natural e, portanto, eterna de toda produção –, assim como também “todas as forças produtivas subjetivas do trabalho assumem a *aparência* de forças produtivas do capital” (Marx, 1894, Livro III, Cap. II, p.

³³ Em outras palavras, as condições de reprodução da sociedade capitalista representam tantas outras condições de crise, na medida em que não existem mecanismos automáticos que façam com que essas condições sejam satisfeitas; antes pelo contrário, somente o são pelo movimento de sua constante negação. Conforme salienta Marx (1867, Livro I, Cap. III, p. 126-127), essa possibilidade formal de crise já existe na circulação simples de mercadoria, que, cumpre observar, possui a mesma forma da circulação de mercadorias no capitalismo.

48). Por outro lado, o valor da força de trabalho aparece, “na superfície da sociedade burguesa”, como salário, “como preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho” (Marx, 1867, Livro I, Cap. XVII, p. 617), categoria tomada de empréstimo à vida cotidiana pela economia política clássica “sem o necessário espírito crítico” (idem, p. 620). Nesse caso, a aparência enganadora dessa “forma fenomênica” necessária (idem, p. 622) se dá porque “a forma salário apaga (...) todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não-pago. Todo o trabalho aparece como trabalho pago” (idem, p. 622).³⁴

Assim como no caso do capital variável, também outras categorias aparecem, na “superfície dos fenômenos”, transmutados em formas enganadoras, embora objetivas, que escondem o caráter da produção capitalista. Este é o caso, para início de conversa, do custo de produção, que, se, para a sociedade, está constituído pelo dispêndio em trabalho, para o capitalista está constituído pelo dispêndio em capital (Marx, 1894, Livro III, Cap. I, p. 30-31), de modo que “na economia [ou melhor, na sociedade] capitalista, o preço de custo assume o aspecto ilusório de uma categoria da produção do valor” (Idem, p. 31), embora o salário, diferentemente do capital constante, não transfira o seu valor ao produto, nem participe da formação do valor – é o trabalho vivo que cria valor, adicionando-o ao valor do capital constante. Contudo, na fórmula do preço de custo, “a parte do capital adiantada em trabalho só se distingue da adiantada em meios de produção (...) por servir para pagar elemento materialmente diverso da produção, não entrando em conta a função diversa que desempenha no processo de produção do valor da mercadoria e, em consequência, do processo de valorização do capital” (Idem, p. 34). Como resultado, “a mais-valia parece originar-se, de maneira uniforme, dos diversos elementos do valor dele, consistentes em meios de produção e trabalho” (Idem, p. 38) e, “[c]omo fruto imaginário de todo o capital adiantado, a mais-valia toma a forma transfigurada de *lucro*”, “forma dissimulada, que deriva necessariamente do modo capitalista de produção” (Idem, p. 39).³⁵ “A mistificação das relações do capital decorre de todas as partes aparecerem igualmente como fonte do valor excedente (*lucro*)” (Marx, 1894, Livro III, Cap. II, p. 48).³⁶

Por considerar que o lucro se origina de todo o capital, em vez do trabalho excedente, o capitalista e, com ele, os demais produtores (Marx, 1894, Livro III, Cap. I: 42), tomam, em sua corrida de acumulação sem fim, a relação entre o lucro e o valor do capital total como indicador de seu sucesso como personificação do capital. O lucro dá, assim, mais um passo no processo de alheamento (*Veräusserlichung*) da sua origem como mais-valia, processo este reforçado: (i) pela diversidade das taxas de mais-valia compatíveis com uma mesma taxa de lucro, e vice-versa (Marx, 1894, Livro III, Cap. III);³⁷ (ii) pelas alterações da taxa de lucro provocadas quer pelas variações do período de rotação do capital, quando é constante a taxa de mais-valia (Marx, 1894, Livro III, Cap. IV), quer pelo gerenciamento do emprego do capital constante (Marx, 1894, Livro III, Cap. V); (iii) pelas flutuações dos preços dos insumos (Marx, 1894, Livro III, Cap. VI); (i) por efeito de fatores acidentais sobre a taxa de lucro, acidentes que, conforme salienta Hegel (1812: 480-483), fazem parte do aparecer da essência como fenômeno.

O processo de transformação de valores em preços de produção se coloca apenas no momento em que se considera a concorrência entre capitais, os quais tomam, conforme mencionado acima, a taxa de lucro como referência de seu sucesso na corrida da acumulação, “pois é a concorrência dos capitais nos diferentes ramos que dá origem ao preço de produção que uniformiza

³⁴ “À forma aparente, ‘valor e preço do trabalho’ ou salário, em contraste com a relação essencial que ela dissimula, o valor e o preço da força de trabalho, podemos aplicar o que é válido para todas as formas aparentes e seu fundo oculto. As primeiras aparecem direta e espontaneamente como formas correntes de pensamento; o segundo só é descoberto pela ciência” (Marx, 1867, Livro I, Cap. XVII: 625).

³⁵ Veja-se, também, Marx (1894, Livro III, Cap. II: 45).

³⁶ Finalmente, na medida em que “[o] excedente do valor da mercadoria sobre o preço de custo, embora se origine diretamente do processo de produção, só se realiza no processo de circulação”, e “a mais-valia que os capitalistas, individualmente, realizam depende do logro recíproco como da exploração direta do trabalho”, gera-se a ilusão de que se origina do processo de realização, ou seja, da compra e venda (Marx, 1894, Livro III, Cap. II: 46-47).

³⁷ Vide, também, Marx, 1967, Livro III, Cap. IX, p. 190.

neles as taxas de lucro” (Marx, 1894, Livro III, Cap. X, p. 204). Por outra, a transformação de valores em preços de produção tem como pressupostos não apenas a produção mercantil, mas também o capital, ou seja, a submissão do trabalho vivo ao trabalho social abstrato e, portanto, a existência da mais-valia como trabalho que excede o necessário à reprodução da força de trabalho. Pressupõe, portanto, o trabalho social abstrato como sujeito efetivo do processo de reprodução social, isto é, a própria essência da ordem de produção capitalista. Sem isso, as categorias que lhe correspondem, particularmente a concorrência entre capitais, da qual se origina a própria taxa média de lucro, e, como resultado, os preços de produção, não têm qualquer sentido.³⁸

“As taxas diferentes de lucros, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 179), pois

[o] capital (...) deixa o ramo com baixa taxa de lucro e lança-se no que tem taxa mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos segundo sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação entre a oferta e a procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos diferentes ramos, transformando-se por isso os valores em preços de produção (Marx, 1894, Livro III, Cap. X, p. 221).

Como conseqüência, os lucros, como meras porções da mais-valia,

se distribuem não na proporção da mais-valia produzida em cada ramo particular, mas na proporção da quantidade de capital aplicado em cada ramo, de modo que a magnitudes iguais de capital, qualquer que seja a [sua] composição, correspondem cotas iguais (cota alíquotas) da totalidade da mais-valia produzida por todo o capital da sociedade (Marx, 1894, Livro III, Cap. X, p. 197).

“*Na concorrência, portanto, tudo parece invertido*” (Marx, 1894, Livro III, Cap. XII, p. 236): “a mais-valia aparece como derivada de todo o capital, uniformemente de todas as suas partes, de modo que desaparece, com a idéia do lucro, a diferença orgânica entre capital constante e capital variável. Por isso, na figura transmutada de lucro, a mais-valia encobre sua origem, perde seu caráter, torna-se irreconhecível” (Marx, 1894, Livro III, Cap. X, p. 190). Tem razão, portanto, “[o] capitalista individual, ou o conjunto dos capitalistas em cada ramo particular, com horizonte limitado, (...) em acreditar que seu lucro não deriva do trabalho empregado por ele ou em todo o ramo”, o que é, na verdade, “absolutamente exato com referência a seu lucro médio” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 193), que depende da exploração global do trabalho pelo capital em seu conjunto.

Em síntese, “a concorrência iguala as taxas de lucro dos diversos ramos de produção, gerando a taxa de lucro médio e justamente por isso converte os valores dos produtos desses diferentes ramos em preços de produção” (Marx, 1894, Livro III, Cap. XII, p. 234-5), que são obtidos “acrescentando a média das diferentes taxas de lucros dos diferentes ramos aos preços de custo dos diferentes ramos” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 193).

Os de preços de produção permitem, finalmente, encerrar a explicação racional da *realidade efetiva* (*Wirklichkeit*), concebida como emergência da essência ao nível do fenômeno, englobando o âmbito da accidentalidade, inescapável em toda ciência empírica. Conforme demonstrado por Adam Smith (1776, v. I, Livro I, Cap. VII, p. 111-112), o preço de produção “ele mesmo é o centro em torno do qual giram os preços quotidianos de mercado, que nele tendem a nivelar-se dentro de determinados períodos” (Marx, 1894, Livro III, Cap. X, p. 203). Nesse sentido, os preços de produção governam os preços de mercado, que, como resultado do jogo de oferta e demanda, se situam na superfície mesma do imediato sensível, onde os eventos acidentais fazem sentir a sua presença. Porém, fazem-no dentro de um processo de causa e efeito, cuja lógica está governada por estes centros de gravitação, os quais, por sua vez, nada mais representam que a emergência do

³⁸ Marx (1894, Livro III, Cap. X: 221) acrescenta que o nivelamento da taxa de lucro pela concorrência entre capitais também pressupõe “completa liberdade do comércio e a eliminação de todos os monopólios exceto os naturais”, assim como “o desenvolvimento do sistema de crédito, que concentra, perante os capitalistas isolados, a massa inorgânica do capital disponível da sociedade, e ainda a subordinação dos diversos ramos [da produção social] aos capitalistas”.

trabalho abstrato como sujeito através da concorrência de capitais, condicionando a lei da oferta e procura – de resto, também eivada de acidentes, conforme salientado por Smith.³⁹ Englobando, pois, a totalidade da realidade efetiva, atinge a análise teórica, através da mediação dos preços de produção, o imediato sensível, tornado, agora, inteiramente inteligível, por inserido num processo de gravitação que circunscribe o domínio do contingente. O acaso do jogo da oferta e demanda surge, assim, condicionado pela necessidade do processo de gravitação, como momento “constitutivo da necessidade. Necessário – assim reza um dos diversos argumentos de Hegel – seria, com efeito, apenas aquilo que sob circunstâncias contingentes e arbitrárias se comprovasse como imprescindível” (Hösle, 1998, p. 113).⁴⁰

A mercadoria ressurgue, agora, no mundo fenomênico do jogo errático da oferta e demanda, ou seja, como imediato, mas como produto do capital, mediatizada, pois, pelas leis essenciais gestadas pelo movimento do trabalho abstrato tornado sujeito do processo indefinido de acumulação. Resolve-se, por esta via, também no âmbito da economia, o desafio das ciências do sensível, formulado pelos filósofos gregos no Século IV a.C., de conciliar a necessidade das leis científicas com a acidentalidade inescapável da realidade empírica,⁴¹ e encerra-se a jornada teórica iniciada pelo universal concreto, fechando-se o círculo iniciado pela mercadoria simples com a mercadoria como produto do capital.

6. A Contradição entre Valores e Preços e sua Superação

Embora necessária, a introdução da concorrência entre os capitais, a produzir uma taxa homogênea de lucro e, com ela, os preços de produção, gera uma inconsistência com a idéia de que “as mercadorias são vendidas pelo valor” (Marx, 1894, Livro III, Cap. VIII: 173) – base mesma da teoria marxista da essência do capitalismo.

Afinal,

[e]m virtude da diversa composição orgânica dos capitais investidos em diferentes ramos de produção, em virtude de capitais de igual magnitude mobilizarem quantidades muito diferentes de trabalho, de conformidade com a diversa percentagem que o capital variável representa num capital global de grandeza dada, apropriam-se esses capitais de quantidades muito diversas de trabalho excedente, ou seja, produzem quantidades muito diferentes de mais-valia. Por isso, originalmente diferem muito as taxas de lucro reinantes nos diferentes ramos de produção (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 179).

Contudo,

não existe diversidade nas taxas médias de lucro, relativas aos diferentes ramos industriais, nem poderia existir, sem pôr abaixo todo o sistema de produção capitalista. Parece, portanto, que a teoria do valor é neste ponto incompatível com o movimento real, com os fenômenos positivos da produção e que, por isso, deve[-se] renunciar a compreendê-los [racionalmente] (Marx, 1894, Livro III, Cap. VIII, p. 173-174).

³⁹ Conforme afirma Gontijo (1989: 87-88), “no nível da realidade efetiva prevalecem relações causais que são inerentes à superfície fenomênica do objeto. A articulação que existe com a ordem da essência consiste em que as determinações essenciais (ou substanciais) governam as relações de causa e efeito observáveis na realidade efetiva. Portanto, a essência unifica o tecido de relações de causa e efeito que constituem os fenômenos num processo único, cujas leis de movimento estão dadas pelas determinações essenciais”.

⁴⁰ Para Hegel (1812, p. 480-483) o acidente é ser posto, condicionado pela necessidade, ou seja, momento necessário da *Wirklichkeit*.

⁴¹ Afinal, se, conforme salienta Aristóteles (*Segundo Analítico*, I, 33, 88b 32-2), não pode haver ciência das coisas que poderiam ser de outra maneira, ou seja, do contingente, como pode haver ciência do mundo empírico, onde a presença da acidentalidade é inarredável? Para Hegel (1830, § 248, “[a] Natureza (...) está, não obstante toda a acidentalidade de suas existências, sujeita a leis eternas”.

Não se tem, no entanto, uma contradição da teoria, como supõe, por exemplo, Böhw-Bawerk (1896), mas uma contradição real, resultante do fato de, no capitalismo, “as mercadorias se trocarem não como *mercadorias* simplesmente, mas como *produtos de capitais* que exigem, na proporção da respectiva magnitude, ou para magnitude igual, participação igual na totalidade da mais-valia” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 199). Em outras palavras, não se trata nem de “abandonar a lei do valor e guardar os fenômenos” nem de “abandonar esses últimos e preservar a lei do valor”, mas pensar a essência e o seu aparecer “na sua unidade” (Teixeira, 1995, p. 323). Como nos casos anteriores em que o processo de desdobramento das categorias da mercadoria desembocou numa contradição, trata-se de superá-la pela descoberta dos elos intermediários que articulam os termos contraditórios. Enfim, trata-se de demonstrar como os preços de produção são deduzidos da teoria do valor-trabalho (Dobb, 1955, p. 273), ou seja, como a lei do valor governa os preços de produção, que nada mais seriam, portanto, que “forma transmutada do valor” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 185).⁴² Nesse sentido, observe-se que, se os preços de produção são o resultado da concorrência, a concorrência *não mostra* “a força determinante do valor, que rege o movimento da produção, os valores que estão atrás dos preços de produção e, em última análise, os determinam” (Marx, 1894, Livro III, Cap. XII, p. 235).

Para Marx (1894, Livro III, Cap. X, p. 197), o elo intermediário está dado pelas identidades entre a soma dos lucros de todos os ramos de produção, que “deve ser igual à soma das mais-valias e a soma dos preços de produção da totalidade do produto social, igual à soma dos valores”, de modo que “se uma mercadoria tem mais-valia demais, outra a tem de menos, e por isso os desvios do valor apresentados pelos preços de produção das mercadorias se compensam reciprocamente” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 183).⁴³ Decorre daí que “reina necessariamente a tendência que faz dos preços de produção simples formas modificadas do valor, ou dos lucros meras porções de mais-valia” (1894, Livro III, Cap. X, p. 197). Em outras palavras, “o valor global das mercadorias regula a mais-valia global e esta o nível do lucro médio e, por conseqüência, a taxa geral de lucro, como lei geral ou tendência que domina as flutuações” da taxa de lucro, de forma que “a lei do valor rege os preços de produção” (Idem, p. 204).

Ocorre, porém, que, embora seja tautologicamente verdadeiro que o total do trabalho abstrato incorporado no conjunto das diferentes mercadorias não aumente nem diminua quando se transita do sistema de valores para o sistema de preços de produção, nem por isso a soma dos valores monetários é igual à soma dos preços de produção, também expressos em moeda, a não ser que a composição da produção social seja a mesma da mercadoria dinheiro, o que obviamente não é o caso. Rompe-se, portanto, o elo (Vianello, 1978) entre valores e preços de produção, de modo que a teoria do valor-trabalho parece fracassar como “uma teoria dos preços relativos e da determinação da taxa de lucro” (Bolafi, , 1978, p. 8).

Contudo, ao contrário do que pensam os críticos neo-ricardianos,⁴⁴ o erro de Marx – cuja obra é anterior tanto aos teoremas de Perron-Frobenius (1892) quanto aos quadros de insumo produto de Leontief (1936) –, não compromete a sua formulação, que prescinde da identidade entre o total de valores e o total dos preços de produção, expressos em moeda.⁴⁵ A razão é que é possível demonstrar, como o faz Gontijo (2006), “como se pode formar e necessariamente se forma igual taxa média de lucro, sem ferir a lei do valor, mas, ao contrário, fundamentando-se nela” (Marx,

⁴² “... tratando-se de períodos curtos e excluídas as flutuações dos preços de mercado, sempre se explica evidentemente qualquer alteração nos preços de produção por variação efetiva no valor das mercadorias, por variação na quantidade global do trabalho necessário para produzi-las” (Marx, 1894, Livro III, Cap. IX, p. 189).

⁴³ Veja-se, também, Marx (1894, Livro III, Cap. IX, p. 181-182).

⁴⁴ Veja-se Steedman (1977); Altvater, Hoffman e Semmler (1978); Colletti (1978); Garegnani (1978); e Napoleoni (1978)

⁴⁵ Os teoremas de Perron-Frobenius permitiram demonstrar, de forma rigorosa, as condições matemáticas necessárias e suficientes para se ter valores e preços de produção positivos. Os quadros de insumo produto de Leontief (1936) separaram pela primeira vez os coeficientes técnicos de produção das razões de troca das mercadorias.

1894, Livro III, Prefácio de Friedrich Engels, p. 10).⁴⁶ Em outras palavras, demonstra-se que, ao contrário do que sustenta Napoleoni (1985, p. 91), segundo o qual “a sucessão lógica que caracteriza o método de Marx (valor – taxa de lucro – preço) deixa de poder ser mantida, já não se podendo determinar a taxa de lucro antes de ter determinado os preços”, efetivamente se determina, através da teoria do valor-trabalho, a taxa média de lucro, e, portanto, o lucro médio, de forma que “os preços obtidos com o acréscimo desse lucro médio sobre os preços de custo só podem ser os valores transformados em preços de produção” (Marx, 1894, Livro III, Cap. X, p. 197).⁴⁷ Explicasse, assim, ao fim e ao cabo, de forma inteiramente racional, ou seja, a partir da teoria do valor-trabalho, a realidade efetiva, o “movimento real” dos “fenômenos positivos da produção”.⁴⁸

Referências Bibliográficas

- ALTVATER, Elmar; HOFFMAN, Jurgen; EMLER, Willy (1978). El valor de Marx. *Rinascita*, 21. Reimpresso in GAREGNAIN, Pierangelo, et al. *Debates sobre la Teoría Marxista del Valor*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p. 95-104. Cuadernos de Pasado y Presente, 82.
- Von BÖHM-BAWERK, Eugen (1896). La conclusión del sistema de Marx. In: HILPERDING, Rudolf; Von BÖHM-BAWERK, Eugen; von KORTKIEWICZ, Ladislau. *Economía Burguesa y Economía Marxista*. Cidade do México: Siglo XXI, 1978. Cuadernos de Pasado y Presente, 49.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Kant (1927-1804). Vida e Obra. In: *KANT (I)*. São Paulo: Victor Civita, 1980, p.V-XXIV.
- COLETTI, Lúcio. Valor y dialéctica en Marx. *Rinascita*, 18. Reimpresso in GAREGNAIN, Pierangelo, et al. *Debates sobre la Teoría Marxista del Valor*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p. 75-83. Cuadernos de Pasado y Presente, 82.
- COMBRIE, A. C. (1959). *Historia de la Ciencia: De San Agustín a Galileo*. Madrid: Alianza Editorial, 1974. 2 vols.
- DOBB, Maurice. A note on the transformation problem. In: *On Economic Theory and Socialism. Collected Papers*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1995.
- FAUSTO, Ruy. *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples*. São Paulo: Paz e Terra/Brasiliense, 1997.
- _____. *Marx – Lógica e Política: Investigações para a Reconstituição do Sentido da Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GAREGNAIN, Pierangelo (1978). La realidad de la explotación. I. *Rinascita*, 9. Reimpresso in GAREGNAIN, Pierangelo, et al. *Debates sobre la Teoría Marxista del Valor*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p. 30-41. Cuadernos de Pasado y Presente, 82.
- GOLDSCHMIDT, Victor. *Os Diálogos de Platão: Estrutura e Método Dialético*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GONTIJO, Cláudio. O valor-trabalho como fundamento dos preços. In: *Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2006.
- _____. A transformação de valores em preços segundo o sistema temporal único: uma apreciação crítica. In: *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia*. Natal: ANPEC, 2005.
- _____. A epistemologia da transformação – uma crítica ao neo-ricardianismo. In: *Revista de Economia Política*, v. 9, n.3, p. 84-102. jul./set. 1989.
- _____. Dialética da propriedade e gênese do capitalismo. In: *Boletim SEAF-MG*, n. 2, p. 43-68, 1982.

⁴⁶ Corretamente, Lippi (1978) e Garegnani (1978) assinalam que a teoria do valor-trabalho cumpre o papel de determinar, de forma não circular, a taxa de lucro e, assim, possibilitar a determinação dos preços de produção. Garegnani erra, contudo, ao afirmar que este seria sua única função.

⁴⁷ O próprio Steedman (1977, p. 69-76) reconhece a possibilidade de se derivar a taxa de lucro a partir da teoria do valor-trabalho, embora procure desmerecê-la.

⁴⁸ Não parece correto, pois, afirmar, como o faz Possas (1982, p. 78), que “[a] construção teórica de Marx apresenta problemas, que parecem situar-se não ao nível do método ou de resultados particulares da análise, mas do estatuto do conceito de valor fundado no trabalho abstrato como instrumento de investigação do capitalismo”.

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1833). *Lecciones sobre la Historia de la Filosofía*. Tradução de Wenceslao Roces. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- _____. (1830). *Enciclopédia de las Ciencias Filosóficas: Filosofía de la Lógica e de la Naturaleza*. Tradução de E. Ovejero y Maury. Buenos Aires: Claridad, 1974.
- _____. (1812). *Ciência de la Lógica*. Tradução de Augusta Mondolfo e Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1968.
- _____. (1807). *A Fenomenologia do Espírito*. In: *Hegel*. Tradução de Wenceslao Roces com a colaboração de Ricardo Guerra. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 1-75.
- HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Tradução de Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HÖSLE, Vittorio. *O Sistema de Hegel*. Tradução de Celiomar Pinto de Lima. São Paulo: Loyola, 2007.
- KANT, Immanuel. (1787). *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo: Victor Civita, 1980.
- LAIBMAN, D. Two of everything: a response. *Research in Political Economy*, 18, p. 269-278, 2000a.
- _____. "Numerology, temporalism, and profit rate trends". *Research in Political Economy*, 18, p. 295-306, 2000b.
- _____. "Temporalism and textualism in value: Rejoinder". *Science & Society*, v. 65, n.4, p. 528-533. Winter 2001-2002.
- LIPPI, Marco. (1978). El principio del valor trabajo. *Rinascita*, 17. Reimpresso in GAREGNAIN, Pierangelo, et al. *Debates sobre la Teoría Marxista del Valor*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p. 84-94. Cuadernos de Pasado y Presente, 82.
- LOSEE, John. *Introdução Histórica à Filosofia da Ciência*. Tradução de Borisas Cimblaris. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- _____. (1812). *Ciência de la Lógica*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968.
- MARX, K. (1867-1893). *O Capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. 6 vols.
- _____. (1863). *História Crítica das Teorias da Mais-Valia*. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2 vols.
- _____. (1866). *El Capital, Livro I – Capítulo VI Inédito*. Tradução e notas de Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- _____. (1857-1858). *Elementos Fundamentales para la Crítica de La Economía Política (Borrador) 1857-1858*. Tradução de José Arico, Miguel Murmis e Pedro Scarón. Cidade do México: Siglo XXI, 1971.
- MONGIOVI, G. Vulgar economy in Marxian garb: a critique of Temporal Single System Marxism. *Review of Radical Political Economics*, 32, p. 393-416, 2002.
- MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em O Capital. In: *Boletim SEAF-MG*, n. 2, p. 17-41, 1982.
- NAPOLEONI, Cláudio. El Enigma del Valor. *Rinascita*, 8. Reimpresso in GAREGNAIN, Pierangelo, et al. *Debates sobre la Teoría Marxista del Valor*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p. 15-30. Cuadernos de Pasado y Presente, 82.
- _____. *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. A dialética marxiana enquanto unidade de entendimento e razão. In: OLIVEIRA, M. A., *Dialética Hoje: Lógica, Metafísica e Historicidade*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 13-90.
- De PAULA, João Antônio. A dialética valores e preços. In: *Revista de Economia Política*, v. 20, n. 4, p. 116-136, out./dez. 2000.
- PESSOA JR., Oswaldo. 2007. *Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência I – Oswaldo Pessoa Jr.* São Paulo: USP. Notas de Aula. Disponível em <<http://www.filch.usp.br/df/opessoa/TCFC1-07.htm>>. Acesso em 21 de abril de 2008.
- PAVIANI, Jayme. *Filosofia e Método em Platão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Do Romantismo até Nossos Dias*. 8. ed. Sem indicação de tradutor. São Paulo: Paulus, 2005.

- RICARDO, D. (1817). *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores, vol. XXVIII, p. 249-349.
- ROSDOLSKY, Roman. (1968). *Genesis y Estructura de El Capital de Marx*. Tradução de León Mames. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.
- SMITH, A. (1776). *A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- STEEDMAN, Ian. *Marx After Sraffa*. Londres: NLB, 1977.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- VAISMAN, Ester. Marx e a filosofia: elementos para a discussão ainda necessária. In: *Nova Economia*, v. 16, n. 2, p. 327-341, 2006.
- VIANELLO, Fernando. 1978. El eslabón roto. *Rinascita*, 15. Reimpresso in GAREGNAIN, Pierangelo, et al. *Debates sobre la Teoría Marxista del Valor*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p. 65-83. Cuadernos de Pasado y Presente, 82.
- ZELÉNÝ, Jindřich. *The Logic of Marx*. Tradução de Terrell Carver. Totowa: Rowman and Littlefield, 1968.